



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 27 DE ABRIL DE 2022
PORTARIA Nº 754/2022, DE 20 DE JUNHO DE 2022

ATA DE REUNIÃO

1ª Reunião Ordinária do Núcleo Intersectorial da Unidade de Acessibilidade e Inclusão

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO	
10/08/2022	9 HORAS
NOME	MEMBRO
Euler Paulo de Moura Jansen	Coordenador do Núcleo Intersectorial da Unidade de Acessibilidade e Inclusão
Maria do Socorro Belarmino de Souza	Deficiência visual
Josielson Clementino Rodrigues	Deficiência motora
Washington Rocha de Aquino	Deficiência motora e auditiva
Daniela Gonçalves de Menezes	Gerência de Qualidade de Vida
Flávia Ribeiro Mafra (ausente)	Gerência de Desenvolvimento, Controle e Acompanhamento

PAUTA

- 1) Breve histórico da temática da Acessibilidade no Tribunal de Justiça da Paraíba;
- 2) O TJPB e as exigências do Conselho Nacional de Justiça;
- 3) Atribuições da UNAI;
- 4) Deliberações da Comissão de Acessibilidade e Inclusão;
- 5) Encaminhamentos

DEBATE

Aos dez dias do mês de agosto de 2022, pelas 9 horas, reuniram-se, por videoconferência o Núcleo Intersectorial da Unidade de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça da Paraíba - TJPB. Iniciados os trabalhos, o Coordenador do Núcleo, Dr. Euler Paulo de Moura Jansen declarou aberta a Primeira Reunião da Unidade de Acessibilidade e Inclusão, destacando que o TJPB há algum tempo vem se preocupando com a temática da Acessibilidade e Inclusão, baseado na Resolução nº 401/21, do Conselho Nacional de Justiça, estando integrado e comungando com pontos que já estão sendo trabalhados pela

Comissão de Acessibilidade e Inclusão. Na sequência, passou a palavra para a Gerente de Projetos e Gestão Estratégica, Ana Caroline, que expressou a felicidade de iniciar o apoio à Unidade, pois, mesmo a passos lentos, percebe avanços e iniciativas do TJPB para as Pessoas com Deficiência. Após a apresentação de cada membro, registrou-se a ausência da Gerente de Desenvolvimento, Controle e Acompanhamento - GEACO, Flávia Ribeiro Mafra, tendo sido representada pelo Supervisor da GEACO, Claudio Cavalcanti de Sousa. Retomada a palavra por Ana Caroline, ela apresentou, fazendo um breve relato sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão no Tribunal, sobre as recomendações do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e atual situação do TJPB em relação aos Indicadores dessa política, haja vista o CNJ fazer o monitoramento. Informou sobre ações necessárias da Unidade de Acessibilidade e Inclusão - UNAI, inclusive destacando o Anexo que consta na Resolução CNJ 401/21. Também falou que apresentaria algumas deliberações da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, que é presidida pelo Desembargador Romero Marcelo e sobre a criação de grupo de mensagens via WhatsApp. Inicia o breve histórico lembrando quando a Gerência de Projetos e Gestão Estratégica - GEPRO começou a dar apoio à Comissão de Acessibilidade e Inclusão, em meados de 2019, por força de normativo do CNJ, que já tinha publicado Resoluções em que os tribunais deveriam instituir essa política, mas que poucos tribunais avançaram nessa temática. Contudo, o CNJ tem outra articulação para impulsionar os tribunais a cumprirem as Resoluções, que é o Prêmio CNJ de Qualidade, e um dos itens inseridos em 2019 foi a existência e atividades inerentes à Comissão de Acessibilidade e Inclusão. Quando o apoio da GEPRO iniciou, fez-se o resgate de documentos e foi visto que foi composta uma Comissão de Acessibilidade e Inclusão, mas sem nenhuma ação concreta. A partir de 2019, algumas ações foram desenvolvidas: Curso de Libras promovido pela Escola Superior da Magistratura - ESMA e um diagnóstico de todas as comarcas com as vagas de estacionamento destinadas à Pessoa com Deficiência - PcD. Assim, dentro da Comissão foi deliberado que as comarcas deveriam providenciar os ajustes necessários com os adiantamentos financeiros, e reportariam à Administração o que não conseguissem, a fim de que, de forma geral e através da Gerência de Engenharia e Arquitetura - GEENG, organizasse essas vagas, enquadrando-se na Lei. Registra também que é uma política permanente com muita coisa a se fazer, com recurso limitado de pessoas e financeiro, o que impede que se faça tudo ao mesmo tempo. Por isso, esta Unidade é importante no sentido de criar um cronograma para estabelecer por onde começar. Prosseguindo, iniciou a Gestão do Presidente atual, Desembargador Saulo Benevides, momento em que o Des. Romero Marcelo assumiu essa Comissão. Ele abraçou e se empolgou com essa Comissão, tendo sugerido que fosse realizada uma pesquisa, através de formulário disponibilizado no portal do TJPB, para que os(as) servidores(as) e magistrados(as) respondessem sobre suas dificuldades no ambiente de trabalho. Como isso aconteceu em 2021, em ambiente ainda remoto, não houve muitos respondentes desta pesquisa. No entanto, o que se obteve foi muito proveitoso, houve escuta de cada servidor(a) que falou sobre sua experiência no ambiente de trabalho e dificuldades encontradas. Os(as) respondentes foram pessoas com deficiência auditiva, visual e motora, e nessa escuta saíram diretrizes pontuais para resolver a situação daquele(a) servidor(a). E, com a Resolução do CNJ, nº 401/2021 ficou estabelecido a criação da Unidade de Acessibilidade e Inclusão (UNAI), tendo o TJPB designado uma equipe intersetorial para tocar essa política, de forma permanente. Essa política de Acessibilidade e Inclusão é um dos itens do Prêmio CNJ de Qualidade deste ano. Porém, quando o edital foi publicado em meados de abril e maio, muita coisa já deveria ter sido feita, e uma delas diz respeito aos Indicadores de acessibilidade e inclusão, que exige, por exemplo, cursos de capacitação, conforme demonstração feita pelo compartilhamento da

planilha com os itens que serão avaliados pelo CNJ. Os cursos que ocorreram antes da data estabelecida, que foi abril, não alcançaram a quantidade suficiente para entrar no ranking dos 50% melhores resultados dos tribunais estaduais. Reforçou que esse acompanhamento dos Indicadores precisa ser trazido para dentro desta Unidade, que hoje fica mais com a Estatística. Ainda, disse que, só nesse ponto de capacitação há duas necessidades: a ESMA precisa ter esse controle sobre os(as) servidores(as) deficientes que participam dos cursos ofertados na temática de acessibilidade e inclusão, para que não se tenha surpresas ao final do ano para reportar esse número ao CNJ. A palavra foi concedida para Dr. Euler sugeriu encaminhar ofício para a ESMA,, a fim de saber se há o Indicador de pessoa com deficiência na ficha de inscrição e se há controle dos(as) servidores(as) que são deficientes e que são capacitados(as). Com a palavra, Clementino deu seu próprio exemplo e fez uma observação de que muitas fichas estão desatualizadas, porque ele não era deficiente e hoje é, devido ao acidente de moto. Ele sugeriu que o setor de Recursos Humanos trabalhasse nessa atualização, para se ter um dado correto sobre a quantidade de deficientes presentes no Tribunal. Ana Caroline lembrou que essa marcação na ficha funcional sobre Pessoa com Deficiência já foi demanda da Comissão de Acessibilidade e Inclusão. Claudio citou que abriu sua ficha funcional e que realmente a nomenclatura está equivocada, pois está registrada como “portador de deficiência”, mas que irá ser corrigida a nomenclatura, seguindo a orientação de Maria do Socorro. Disse que irá sugerir que seja feito um recenseamento à Gerente da GEACO, Flávia, porque acha que 99% dos(as) servidores(as) não sabem que essas informações foram incluídas na ficha funcional que está no Sistema. Ana Caroline prosseguiu com a apresentação dos Indicadores e, no que tange à Acessibilidade Comunicacional, tendo Maria do Socorro dito que todo evento tem que ser acessível, bem como Washington ter sugerido para convidar a própria Gerência de Cerimonial e Eventos, bem como a ESMA para se tornar parceira da UNAI, no sentido de que os cursos oferecidos pela ESMA já tenham essa acessibilidade comunicacional, ainda que seja inicialmente, com parcerias entre institutos e organismos. Ana Caroline sugere ser a Gerência de Cerimonial como um centralizador que catalogue tais informações sobre quais eventos podem ser considerados e, a partir de agora, adequar às necessidades, por exemplo, todos os eventos incluam intérprete de Libras, audiodescrição etc, além de informar qual outros itens poderiam compor dentro do evento que promova essa comunicação acessível. Para isso, Clementino e Maria do Socorro ficaram responsáveis de elencar o que se faz necessário pra que um evento se torne acessível, tendo Daniela sugerido fazer a diferenciação das necessidades para o caso de o evento ser presencial e para o caso de ser remoto. Roberta, Analista da GEPRO, sugere uma reunião mais ampliada com a UNAI, Gerência de Cerimonial e Eventos, Comissão de Acessibilidade e Inclusão e ESMA, por ser uma temática que abrange afazeres de todos. A proposta foi acatada, inclusive Ana Caroline ressaltou que a presença do Des. Romero Marcelo pode contribuir para a sensibilização dos(as) convidados(as) sobre a temática, o que já poderá ocorrer na reunião agendada para o dia 29/08, às 9 horas, data da reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão. Apresentando o indicador de Acessibilidade Tecnológica, que trata de recursos de tecnologia assistiva a servidora e membro da tanto da UNAI quanto da Comissão de Acessibilidade e Inclusão relatou que continua com dificuldades de acesso do site do TJ, bem como não foram disponibilizados equipamentos quando ela havia solicitado em momentos anteriores. Disse, também, que desenvolve as atividades do trabalho usando seu próprio leitor de tela e que, somente depois de ser inserida como membro da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, algumas coisas avançaram, tendo recebido um notebook novo para o trabalho, mas que não disponibilizaram leitor de tela, talvez porque ainda falte identificar quem necessita dele.

Clementino fez uma observação quanto ao ponto da tecnologia assistiva, pois pode ser de hardware ou de software. Ana Caroline disse que se pode entrar em contato com Anderson, encarregado da governança sobre o Plano Anual de Contratação de TI e levar essa necessidade do número de servidores(as) que precisam hoje dessa tecnologia assistiva, tendo Maria do Socorro dito ser necessária sair a demanda pela UNAI, pois precisa ser feito um diagnóstico para formular as políticas adequadas às PcD. Ana Caroline disse que Maria do Socorro pode ser um balizador no que tange a priorizar as ações, por conhecer a prática, e saber quais as dificuldades dos sistemas que ela tem para também mostrar à DITEC o que precisa ser resolvido. Washington disse a Claudio que seria prudente conversar com Rodrigo, pessoa responsável pela Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, pois pode ter alguma coisa sobre altruísmo da coleta de dados. Ana Caroline disse que é preciso verificar se essa informação passa por um dado sensível e esse questionário precisará mostrar qual a base legal para essa coleta, deixando ciente que esse questionário visa atender a uma demanda da Resolução, propondo-se a conversar com Rodrigo e solicitando que Claudio conversasse com o Diretor de GEstão de Pessoas, Einstein, a fim de saber como seria a escrita do texto e qual a melhor forma de solicitação, se seria ofício circular da Presidência ou não. Na sequência, surgiram outras demandas, a partir da leitura dos Indicadores, tendo um deles tratado sobre quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência, tendo sido deliberado o melhor meio para se adquirir essa informação, bem como sobre a necessidade da formação de cursos na temática, tendo Roberta lembrado que a ESMA abriu inscrição e que ela própria havia enviado aos integrantes da UNAI o link para inscrição no curso que será ministrado por Maria do Socorro. Também foi lembrado que, no caso de não haver mais vagas, poderia ser expedido ofício à ESMA solicitando inserir outro momento no calendário de cursos, haja vista ser item de avaliação pelo CNJ, especialmente para a os integrantes da Gestão de Pessoas, já que o Indicador indicador 2.7 fala sobre a quantidade de servidores(as) capacitados(as) para o atendimento a pessoas com deficiência. Além disso, constatou-se a necessidade de capacitação de servidores(as) nas normas da Acessibilidade Digital, sugerindo que Clementino, que é membro e integrante da Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC possa informar algum nome da Diretoria de Portais para ministrar o curso. Ainda, atendendo a outro Indicador, surgiu a demanda também de falar com a Gerência de Comunicação para elaborar um vídeo com Susy, Clementino e Washington a fim de sensibilizar todo quadro de pessoal na temática. Sobre o Indicador em relação a ações de promoção da inclusão, Daniela disse que podem ser adaptadas às ações de saúde que já existem, voltando-as para a temática da Acessibilidade. Por fim, ficou deliberado que a GEPRO colocaria os Indicadores em uma planilha que será compartilhada com os integrantes, para que todos(as) possam registrar suas contribuições, bem como na reunião do dia 29 de agosto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - COMPACI, será feita a apresentação da UNAI, com a participação da Gerente do Cerimonial e do Mestre de Cerimônias Ana Caroline registrou que foi deliberado pela COMPACI para que a UNAI crie uma cartilha sobre a política de Acessibilidade e Inclusão, com um webinar para apresentação dela, mas que o tema será melhor discutido numa próxima reunião. Não havendo mais nada a tratar, o Coordenador do Núcleo Intersectorial da UNAI, encerrou a reunião agradecendo a todos(as).

Deliberação:

- 1) Convidar a Gerência de Cerimonial e Eventos, para a reunião da COMPACI, com a presença de Odonildo, por ser sempre o Mestre de Cerimônias dos eventos;

- 2) Expedir ofício à ESMA sobre cursos relativos aos itens constantes no Anexo da Resolução 401/21;
- 3) Expedir ofício à ESMA para que a ficha de inscrição conste a opção de pessoa com deficiência e quantitativo de pessoas que fazem cursos e que são deficientes;
- 4) Expedir ofício à DIGEP para providenciar a atualização do Quadro de Pessoal;
- 5) Expedir ofício à Gerência de Contratação para solicitar a quantidade total de terceirizados;
- 6) Reunião dia 12/09, às 09 horas

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Coordenador do Núcleo, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

Juiz Euler Paulo de Moura Jansen
Coordenador do Núcleo Intersetorial da Unidade de Acessibilidade e Inclusão